

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
**GABINETE DO MINISTRO**  
(DOU 23.10.2020, seção 1, pág.394)  
[PORTARIA Nº 355, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020](#)  
**Revoga Portarias do extinto Ministério do Trabalho.**

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, no Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Ficam revogadas as seguintes Portarias do extinto Ministério do Trabalho:	Ementa
I - Portaria nº 211, de 11 de maio de 2004;	Delega competência ao Consultor Jurídico deste Ministério para receber intimações e notificações judiciais dirigidas ao titular desta Pasta.
II - Portaria nº 495, de 11 de maio de 2004;	Delega competência ao Consultor Jurídico deste Ministério para receber intimações e notificações judiciais dirigidas ao titular da Secretaria Executiva.
III - Portaria nº 1.351, de 3 de novembro de 2004;	Subdelega competência ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração para determinar as necessidades e autorizar a aquisição ou assinaturas de revistas, jornais e periódicos de que trata a IN/MARE/Nº 2/98, no âmbito deste Ministério.
IV - Portaria nº 142, de 21 de março de 2006;	Autoriza nomeação de servidor em estágio probatório para cargo em comissão de direção, chefia ou assessoramento, no âmbito da Administração Central, mediante processo seletivo.
V - Portaria nº 227, de 13 de abril de 2006;	Dispõe sobre o envio de documentos e informações à Corregedoria Setorial do MTE pelas DRTs.
VI - Portaria nº 120, de 4 de março de 2008;	Subdelega competência ao Chefe de Gabinete do Ministro para autorizar afastamentos do País de servidores do MTE e entidade vinculada.
VII - Portaria nº 376, de 17 de junho de 2008;	Aprova o Manual de Padronização de Documentos, Atos e Correspondências Oficiais do MTE.
VIII - Portaria nº 349, de 23 de julho de 2008;	Delega competência ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração para autorizar servidores a conduzirem veículos oficiais.
IX - Portaria nº 230, de 24 de julho de 2008;	Subdelega competência aos Superintendentes Regionais do Trabalho e Emprego, no âmbito das respectivas Superintendências, e ao Coordenador-Geral de Recursos Logísticos para autorizar servidores a conduzirem veículos oficiais.
X - Portaria nº 473, de 24 de julho de 2008;	Subdelega competências ao Coordenador-Geral de Recursos Humanos e aos Superintendentes para praticar atos relacionados a pessoal.
XI - Portaria nº 1.155, de 24 de dezembro de 2008;	Delega competência ao Secretário Executivo nos seus impedimentos e afastamentos, a seu substituto legal, para decidir quanto à conveniência e à oportunidade da celebração de convênios e contratos de repasse.
XII - Portaria nº 2.350, de 2 de dezembro de 2009;	Determina aos Titulares das Secretarias e suas Unidades Subordinadas, que as interlocuções, trocas de correspondência e tratativas com outros órgãos da Administração Federal e de outros Poderes deverão ser previamente cientificadas e este Gabinete, sem prejuízo da execução das competências institucionais conferidas a essas unidades administrativas.
XIII - Portaria nº 89, de 12 de abril de 2010;	Dispõe sobre utilização de certidão em substituição ao carimbo "EM BRANCO".
XIV - Portaria nº 977, de 29 de abril de 2010;	Delega competência aos Superintendentes Regionais do Trabalho e Emprego para celebrarem termos de cooperação técnica que tenham por objeto a promoção e desenvolvimento de ações conjuntas no campo da saúde dos servidores.
XV - Portaria nº 1, de 17 de maio de 2011;	Delega competência à Coordenadora de Contratos e Serviços para praticar atos relacionados à formalização e gestão de contratos.
XVI - Portaria nº 224, de 27 de janeiro de 2012;	Delega competência ao Coordenador-Geral de Recursos Humanos/CGRH/SPOA para, no âmbito da Administração Central e das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, praticar os atos necessários à efetivação de remoção de servidores, nas modalidades previstas nas alíneas a e b do inciso III, do artigo 36, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
XVII - Portaria nº 252, de 3 de fevereiro de 2012;	Delega competência ao Secretário-Executivo para efetivar remuneração nas modalidades previstas nos incisos I e II e na alínea e do inciso III do art. 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; designar e dispensar servidores para FCT; e conceder GSISTE.
XVIII - Portaria nº 292, de 9 de fevereiro de 2012;	Delega competência ao Coordenador-Geral de Recursos Humanos para nomear candidatos habilitados em concurso público e declarar vacância de cargos efetivos.
XIX - Portaria nº 1.119, de 18 de julho de 2012;	Delega competência ao Chefe de Gabinete do Ministro para, no âmbito de Ministério do Trabalho e Emprego, decidir e praticar atos necessários para prorrogação de cessão de servidores e concessão de afastamento para participação em curso de formação.
XX - Portaria nº 272, de 4 de outubro de 2012;	Subdelega competências ao Superintendente, no âmbito das respectivas Superintendências para expedir portaria estabelecendo a relação nominal dos servidores que poderão cumprir jornada de trabalho em regime de escala.

XXI - Portaria nº 1.969, de 4 de dezembro de 2012;	Delega competência ao Chefe de Gabinete do Ministro para gerenciar a <u>programação de férias dos Superintendentes Regionais do Trabalho e Emprego.</u>
XXII - Portaria nº 117, de 23 de janeiro de 2013;	Delega competência aos titulares dos órgãos deste Ministério para declarar a interrupção de férias, por necessidade de serviço, dos servidores lotados ou em exercício nas suas respectivas unidades.
XXIII - Portaria nº 81, de 25 de fevereiro de 2013;	Subdelega competência aos titulares das Unidades Administrativas nos casos de necessidade de serviço, autorizarem a interrupção de férias dos servidores.
XXIV - Portaria nº 1.320, de 23 de agosto de 2013;	Delega competência ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração para, no âmbito da Administração Central, assinar Acordo de Cooperação Técnica e correspondente Plano de Trabalho, relacionados ao Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal – SIASS.
XXV - Portaria nº 2, de 2 de setembro de 2013;	Delega competência aos Coordenadores-Gerais para proferir despachos, assinar ofícios e aprovar informações de fato e de direito no âmbito da CONJUR, e dá outras providências.
XXVI - Portaria nº 654 de 09 de maio de 2014;	Estabelece procedimentos, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego para concessão, registro e arquivo de solicitação de audiência a particulares.
XXVII - Portaria nº 790 de 02 de junho de 2014;	Estabelece no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego a utilização do sistema de atendimento agendado, destinado ao agendamento eletrônico dos serviços prestados pelas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego.
XXVIII - Portaria nº 392, de 01 de abril de 2015;	Delega competência ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração para, no âmbito da Administração Central, assinar Acordo de Cooperação Técnica voltado para o acesso à base de dados informatizada do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE.
XXIX - Portaria nº 698, de 28 de maio de 2015;	Delega competência para prorrogação e recondução de membros de Comissões de Sindicância e de Processos Administrativos Disciplinares.
XXX - Portaria nº 701, de 28 de maio de 2015;	Dispõe sobre delegação de competências para prática de atos relacionados à aquisição de bens e contratação de obras e serviços, altera a Portaria nº 586, de 2 de setembro de 2008, e dá outras providências. (Retificada no DOU de 1 de junho de 2015, Seção I, pág 92)
XXXI - Portaria nº 236, de 29 de maio de 2015;	Dispõe sobre subdelegação de competências para prática de atos relacionados à aquisição de bens e contratação de obras e serviços e institui Comissão de Atas de Registro de Preços. (Alterada pela Portaria nº 440, de 19 de julho de 2018).
XXXII - Portaria nº 888, de 1º de julho de 2015;	Dispõe sobre delegação de competência referente ao Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis da União – SISREI.
XXXIII - Portaria nº 1.137, de 4 de agosto de 2015;	Dispõe sobre a delegação de competência para instauração do Processo Administrativo de Responsabilização e dá outras providências.
XXXIV - Portaria nº 134, de 3 de setembro de 2015;	Designa Comissão de Recebimento de Material deste Ministério.
XXXV - Portaria nº 44, de 9 de setembro de 2015;	Subdelega competência ao Coordenador-Geral de Recursos Humanos e aos Superintendentes competência para celebrar Termo de Compromisso de Estágio com o Agente de Integração.
XXXVI - Portaria nº 785, de 7 de julho de 2016;	Subdelega competência ao Secretário-Executivo para autorizar em caso excepcional a utilização de celulares, tablet e modem.
XXXVII - Portaria nº 1.299, de 8 de novembro de 2016;	Regulamenta as prerrogativas da Advocacia no âmbito do Ministério do Trabalho.
XXXVIII - Portaria nº 1.430 de 16 de dezembro de 2016;	Estabelece no âmbito do Ministério do Trabalho a utilização nacional da solução de monitoramento pelas unidades descentralizadas de atendimento ao público, assim como nas centralizadas referentes à respectiva gestão.
XXXIX - Portaria nº 191, de 16 de março de 2017;	Subdelega competências para autorizar, em caráter excepcional, viagens em prazo inferior a 10 dias e dá outras providências.
XL - Portaria nº 874, de 7 de julho de 2017;	Delega competência ao Chefe de Gabinete do Ministro; aos titulares das Secretarias Executiva, de Inspeção do trabalho, de Relações do Trabalho e de Políticas Públicas e Emprego; ao Subsecretário de Economia Solidária; ao Presidente da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho FUNDACENTRO e aos Superintendentes Regionais do Trabalho e Emprego, para designação e dispensa de titulares e substitutos eventuais de cargos em comissão e dá outras providências. (Alterada pelas Portarias nº 524, de 18 de julho de 2018 e nº 695, de 30 de agosto de 2018)
XLI - Portaria nº 978, de 10 de agosto de 2017;	Estabelece prazos para submissão de dúvidas jurídicas à Consultoria Jurídica do Ministério do Trabalho.
XLII - Portaria nº 1.110, de 10 de outubro de 2017;	Estabelece obrigatoriedade de manifestação prévia da Consultoria Jurídica para edição de atos normativos dos Conselhos e Secretarias que compõem a estrutura regimental do Ministério.
XLIII - Portaria nº 14, de 24 de janeiro de 2018;	Designa pregoeiros oficiais do Ministério do Trabalho.
XLIV - Portaria nº 245, de 6 de abril de 2018;	Delega competência ao Secretário-Executivo para assinar atos de designação de Ordenador de Despesa, Gestores Financeiros e seus respectivos substitutos.
XLV - Portaria nº 36, de 22 de agosto de 2018;	Subdelega ao Subsecretário de Orçamento e Administração Adjunto competências relativas ao SISREI.
XLVI - Portaria nº 524, de 18 de julho de 2018;	Delega competência ao Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho para designação, dispensa nomeação e exoneração de titulares e substitutos eventuais de cargos em comissão e dá outras providências.

XLVII - Portaria nº 440, de 19 de julho de 2018; e	Altera arts. 1º e 2º Portaria nº 236, de 29 de maio de 2015, revoga o art. 3º e dá outras providências.
XLVIII - Portaria nº 1.034, de 10 de dezembro de 2018.	Aprova os procedimentos administrativos relacionados ao trâmite de documentos fiscais para liquidação e pagamento e a padronização dos fluxos processuais, no âmbito do Ministério do Trabalho e da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor dia 3 de novembro de 2020.

**PAULO GUEDES**